

EDITORIAL

É uma honra, e ao mesmo tempo um desafio, elaborar este editorial da *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, haja vista o excelente material a ser apresentado e a responsabilidade inserida no ato, em conjunto à trajetória já vivida na Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana (Sbrash).

No que se refere ao exercício dos direitos no campo da sexualidade, reconhecidos como direitos humanos, temos um pano de fundo num contexto conturbado. Dessa forma, não seria suficiente compilar, em categorias habituais, comentários de um volume de informações e análises, mas retratar, um diálogo dos (re)significados e especialmente, efeitos de questões voltadas a “ideologia de gênero” e educação sexual. Ressalta-se justamente o feito, antevistos de forma intuitiva ou até mesmo, subliminar, pelos(as) autores(as) e convidados(as) que aqui discorro.

O volume desta revista traz uma temática de vanguarda que resiste em um contexto épico, por assim dizer, num processo reflexivo de transformação coletiva, frente à diferentes configurações e atores – indivíduos e instituições – que mobilizam mecanismos morais, legislativos, econômicos, políticos e sociais.

Os artigos aqui publicados incluem diferentes abordagens. “Alexitimia e masculinidades: do silêncio aos processos de desconstrução”, trata da análise crítica sobre um jeito equivocadamente de como devem ser os homens. Homens que se constroem por meio da negação dos sentimentos. A negação de tudo o que não for considerado como “supostamente” masculino resulta na violência ao feminino, a fim de manter a virilidade e o padrão social de masculinidade.

A perspectiva desse número engloba também um “Estudo comparativo de orientação sexual e práticas parentais”, que corrobora com a literatura, na medida em que os resultados demonstraram não haver diferença significativa entre os grupos analisados. A homoparentalidade como configuração não apresenta diferenças negativas em relação à criação dos filhos(as) quando comparada às famílias heterossexuais.

A “Relação entre a sexualidade e o exercício físico em idosas: revisão integrativa”, demonstrou que idosas praticantes de exercícios físicos, a exemplo da caminhada e da yoga, tem maior propensão, a serem sexualmente ativas. O estudo concluiu que o exercício físico traz inúmeros benefícios, como o aumento do desejo, da funcionalidade e da melhor prática da sexualidade. Esse estudo vem como um suspiro. Embora Richard Parker, presidente da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA), tenha observado que, assim como aconteceu no caos da AIDS, discursos e práticas podem culpabilizar, estigmatizar e produzir violência contra idosas(os) e portadoras(es) de doenças crônicas (PARKER, 2013).

Enquanto isso, paralelamente, no que se refere à saúde global dos indivíduos e em sua sensação de bem-estar, os artigos: “Avaliação da qualidade de vida sexual após prática de ginástica feminina em mulheres jovens”; “Aspectos psicológicos das disfunções sexuais” e “Prazer sexual feminino: a experiência do orgasmo na literatura”, reforçam o paradigma de que a saúde sexual é cada vez mais importante quando pensamos na promoção de saúde e na longevidade das relações afetivas. No primeiro, a ginástica feminina se mostrou um método eficaz para promoção de saúde sexual em mulheres jovens em curto e longo prazo, além de ser acessível e de baixo custo. Os benefícios na sexualidade foram expressos principalmente pelo aumento do conforto e diminuição de dor durante o ato sexual, melhora da excitação e aumento da sintonia com a parceria. Já o segundo, mostra que a psicoterapia focada na sexologia é um recurso fundamental para a promoção da saúde dos indivíduos. O último artigo citado faz uma compilação de publicações recentes sobre o tema do orgasmo e sobre as diversas variáveis que interferem, na satisfação e funcionalidade sexual da mulher.

Percepções sobre parentalidade, formas plurais de sexualidade, políticas públicas, promoção à saúde e o foco no bem-estar, são pontos consonantes no panorama instalado. Momento que requer posicionamentos institucionais e releitura nos processos que envolvem comprometimento da saúde sexual enquanto um direito humano. Grupos políticos contra o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos colocam em ação uma agenda anti-igualitária que aprofunda também desigualdades de classe e étnico-raciais. O denominador comum desses grupos é a defesa de pautas que colocam em xeque ideais como os de universalidade, equidade e integralidade nas políticas públicas.²

Em um cenário de crise econômica e política, certos segmentos sociais passaram a considerar que maior equidade nas relações entre homens e mulheres; reconhecimento da cidadania a homossexuais, pessoas trans e intersex e políticas de redistribuição de renda, ameaçam seu status social relativo (MISKOLCI; PEREIRA, 2019).

É necessário afirmar o valor da educação sexual em vários segmentos. E nesse sentido, a dissertação de Fernanda Bonato, apresentada nesta edição, mostra que o objeto de estudo foi investigar a formação científica a respeito da sexualidade em atividades acadêmicas e nos currículos de cursos de graduação em Psicologia da região de Curitiba. Levanta algumas indagações e reflexões críticas em relação à formação acadêmica. A autora comenta a criação de indicadores referentes à existência de uma lacuna do silêncio: “Concepções ultrapassadas são mantidas entre os(as) futuros(as) profissionais gerando uma desatualização das informações científicas sobre sexualidade” (BONATO, 2019). Reitera que é reproduzido, num microcosmos, o que acontece em relação ao restante da sociedade, no que tange a negação da

sexualidade. E ao finalizar – aí está a intuição autoral à que me referia – cúmplice antecipada do panorama: “Cursos de graduação em Psicologia deveriam abordar temas, tanto num viés sociológico, como da saúde, tais como: gênero, direitos humanos, transexualidade, construção histórica, violência, saúde sexual, prazer, fisiologia, ciclos de resposta sexual, disfunções sexuais”.

Ainda nesta edição, a resenha de livro é uma lapidação feita pela doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Carolina Chaves Ferro, que nos convida a falar e educar sobre gênero, ao apresentar a obra organizada por Marcos Ribeiro – *A conversa sobre gênero na escola: aspectos conceituais e político-pedagógicos* – publicada pela Wak. Enquanto a historiadora nos relembra sobre a estrutura patriarcal do país, onde “uma mulher é vítima de estupro a cada nove minutos. Uma pessoa trans ou gênero-diversas é assassinada a cada dois dias [...]” suaviza, ou pelo menos tenta, dizendo que o início da luta se dá pela educação. Reforça o sentido do livro organizado por Marcos Ribeiro, pois este, desconstrói os papéis de gênero culturalmente impostos em nossa sociedade e apresenta a importância de se abordar gênero e sexualidade em sala de aula. Considera a obra um diamante em meio a tempos tão obscuros. Composto por 16 capítulos e “bate-papos pedagógicos”. Convida Butler (2003), como testemunha da obra, ao citá-la, “não é possível pensar gênero sem questionar a categoria da sexualidade”. E a despeito de tudo, a autora da resenha assume: o aprazível livro ainda traz leveza e didática.

Em tempo, a própria Judith Butler (2003) assinala, que outro traço biopolítico é a vulnerabilidade diferenciada: “Nossa precariedade é compartilhada como humanos, mas seus riscos e efeitos, sejam eles patológicos, sociais ou políticos, são radicalmente diferenciados quando considerados idade, status de saúde, raça, etnia, casta, classe e lugar de moradia”.

Na sincronia anacrônica do caos, não por acaso, um dos efeitos é o aumento da violência de gênero, inclusive assassinatos. Essa questão não só visibiliza a falta de segurança do universo doméstico, mas expõe regras biopolíticas de espacialização compulsória que podem destruir as redes de sociabilidade horizontal. As mulheres precisam de uma resposta sanitária e são a maioria, na sustentabilidade das pessoas. Essa centralidade, obscurecida pela economia das coisas, tem sido enfatizada em várias frentes feministas e na ONU, ao se referir sobre os impactos das questões de gênero. Diniz e Carino (2020), argumenta que mais parece “uma atualização das aulas de Michel Foucault sobre biopolítica, segurança e territórios, onde o poder organiza as políticas da vida, e as táticas regulam que corpos devem viver e quais podem ser descartáveis”. Uma economia de coisas não ditas.

A entrevista (imperdível) deste número, conspira com minha teoria de alinhamento. Realizada por Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes, justamente homenageada em nosso último Congresso Brasileiro. Ela é pedagoga, mestra e doutora em Educação, que não por caso, entrevista a psicóloga, terapeuta sexual e de casais, Raquel Simone Varaschin. E pasmem, a costura se dá, de forma insólita, em nosso contexto, aqui apresentado. Ambas, mulheres ícones na trajetória de um comprometimento social, com suas histórias convergentes em defesa da educação sexual e no combate a violência. Raquel nos revela, “intimidades” de seu propósito de vida, ao contar sobre seus mais de 30 anos participando ativamente da Sbrash em suas diversas áreas: social, saúde e educação. Lembra sobre as dificuldades de inserção de profissionais especialistas no setor público seja na saúde ou educação. Sem dúvida, sua marca está nos esforços para o desenvolvimento da Sexologia no Brasil e nos cuidados éticos do exercício desta ciência.

Enfim, nesse “requintado” jogo de xadrez, de um lado, resiste a imposição do cuidado no campo da sexualidade, de outro, as divergências dicotômicas insistem em persistir. Isso, sem deixar de dizer que, ora entre critérios de saúde pública e cientificidade, ora na centralidade das coisas não ditas, regidas de dogmático obscurantismo remanescente.

É num ímpeto “kantiano”, que o brilhante volume, acolhe este momento em sua integralidade, e convida você, para um excelente mergulho (de sabedoria)!

Sandra Scalco
Ginecologista
Terapeuta Sexual
Mestre em Saúde Coletiva
Doutora em Epidemiologia
Professora UNISINOS/UNIVATES

Referências

BONATO, F. R. C. *A formação científica sobre sexualidade nos cursos de graduação em psicologia da região de Curitiba*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DINIZ, D.; CARINO, G. A necropolítica das epidemias. *El País*, Madrid, 09 mar. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-03-09/a-necropolitica-das-epidemias.html>

MISKOLCI, R.; PEREIRA, P. P. G. Educação e saúde em disputa: movimentos anti-igualitários e políticas públicas. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 23, e180353, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832019000100400

PARKER, R. Interseções entre estigma, preconceito e discriminação na saúde pública mundial. *In: MONTEIRO, S.; VILLELA, W. (org.). Estigma e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 25-46.